



# APS, UMA OPERAÇÃO SUSPEITA

O caso da Associação Multidisciplinar de Saúde (AMS) é outro escândalo que marcou a gestão de Cláudio Costa na Petrobrás. Além de aumentar substancialmente as participações dos beneficiários, o ex-gerente de RH teria interferido de forma pessoal na gestão do plano, contratando uma consultoria milionária para entregar a valiosa carteira da AMS a uma associação privada (APS), vinculada a operadoras de planos de saúde, o que é objeto de denúncia da FUP a diversos órgãos de fiscalização. Para controlar toda essa manobra, Cláudio Costa, inclusive, destituiu gerentes do setor, que foram substituídos por um assessor da Presidência e seu homem de confiança.

Com base em documentos, áudios e denúncias, a FUP protocolou, no fim de novembro de 2020, sob sigilo, representação civil e criminal que se converteu em inquérito civil, em trâmite no Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), sobre operações suspeitas lideradas por Costa, com possível conhecimento de Roberto Castello Branco, envolvendo a troca da AMS pela APS.

Em dezembro, foi protocolada denúncia sobre o tema no Tribunal de

Contas da União (TCU), que instaurou processo. Em janeiro deste ano, foi proposta ação civil pública (ACP) pedindo ressarcimento aos empregados e aposentados do Sistema Petrobrás e anulação dos atos jurídicos tomados pelo Conselho de Administração da companhia na mudança das entidades de assistência médica.

Além disso, a FUP e seus sindicatos protocolaram representação junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e por meio desse procedimento administrativo, puderam mostrar que a decisão do CA sobre a criação da Associação Petrobrás de Saúde (APS) foi baseada em informações parciais, manipuladas por gestores e executivos da companhia, a fim de beneficiar terceiros.

No dia 05/01/21, O Sindipetro Norte Fluminense ingressou com ação contra a criação de uma associação para gerir o plano de saúde dos petroleiros e petroleiras, a AMS. A tentativa de criar uma associação é uma iniciativa unilateral da Petrobrás e da Transpetro que desrespeita o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria petroleira. O sindicato pede na Justiça a imediata interrupção da implantação da entidade,

em tutela antecipada, até o julgamento do mérito.

Finalmente, em 14/03, a FUP protocolou a Ação Civil Pública, com o intuito de impedir outra grande manobra idealizada pela Diretoria e Conselho de Administração, com vista à consolidação da transferência de carteira do plano de saúde: a temerária utilização de bilionárias provisões atuariais relacionadas às obrigações futuras do plano de saúde AMS para pagamento de dividendos a acionistas.

No dia 14 de abril, a FUP obteve liminar suspendendo a implementação, bem como a transferência da carteira de ativos da AMS para a Associação - APS. Porém a liminar foi suspensa no mesmo dia, mas a luta em defesa da AMS continua. Mais informações no nosso site: [sindipetrocaxias.org.br](http://sindipetrocaxias.org.br)



## Próxima reunião de aposentados e pensionistas acontece dia 4 de maio

Na última reunião mensal das petroleiras e petroleiros aposentados e pensionistas, os participantes presentes puderam tirar dúvidas com a assessoria jurídica do Sindipetro Caxias sobre questões que infelizmente têm tirado o sono dos filiados. Como os descontos da AMS e Petros.

O diretor aposentado do Sindipetro Caxias, Simão Zanardi, também pode esclarecer aos presentes sobre a suspensão da eleição que ocorreria no final do mês de março, assim como

os membros da chapa 1 e chapa 2 e da comissão eleitoral que estavam presentes.

Para o diretor Nivaldo Alves, a reunião



dos aposentados e pensionistas, mesmo em formato virtual, tem sido de extrema importância para que a categoria se mantenha informada sobre os andamentos de ações jurídicas que impactam diretamente na vida dos petroleiros e petroleiras.

A próxima reunião acontece no dia **4 de maio**, às **10h**, via aplicativo ZOOM. Para receber o link, entre em contato com a secretaria dos aposentados e pensionistas pelo WhatsApp **(21)98318-1809**.

# Eleições Sindipetro Caxias suspensa – entenda

A votação que ocorreria, entre os dias 28 e 31 de março, está suspensa temporariamente.

A comissão eleitoral ingressou com ação judicial no feriado, junto ao plantão jurídico, no dia 26/03/21 argumentando e requerendo diversos itens.

Sem a oitiva do sindicato, a Magistrada de Plantão deferiu liminar, após ouvir apenas uma das partes, porém, o argumento principal para deferir a liminar foi exatamente o já argumento pelo sindicato em diversos momentos: a pandemia.

A juíza do plantão, afirmou que o sindicato tinha direito ao contraditório, ou seja, apresentar sua defesa, mas que devido ao momento social, ao lockdown e ainda o feriado antecipado, esse não era momento de realização de eleição.

Segue citação do juiz: *“Observe-se, por oportuno, que um processo tão complexo já*

*seria de difícil conclusão, no momento em que estamos vivendo socialmente, com as decisões governamentais de lockdown e antecipação de feriados justamente para boa parte dos dias reservados as votações.”*

Os argumentos do Juiz são exatamente compatíveis com o do sindicato na assembleia do dia 01/03/2021, quando o sindicato postulava

o adiamento da eleição.

Porém, apenas uma parte foi ouvida no processo, logo, toda a impressão do juízo foi apenas a produzida por uma das partes. Todavia, com muita serenidade, o sindicato já se apresentou a Justiça do Trabalho e já disse ao juízo que está à disposição, que não haverá votação até segunda ordem, pois este foi o único deferimento da juíza na decisão liminar:

*“determinar que o sindicato se abstenha de realizar as eleições nos dias 28 a 31 de março de 2021, estando suspensas as mesmas até segunda ordem”.*

É necessário informar que a chapa 02 também ingressou no processo em nome de um de seus candidatos, requerendo audiência de conciliação.

Com isto, solicitamos aos nossos associados que aguardem o posicionamento do Poder Judiciário quanto os próximos passos para realização das votações da eleição da direção deste sindicato.

Por ora, a sede do Sindicato está funcionando desde o dia 09/03 (exclusivamente para eleição, o atendimento para demais assuntos permanece via telefone) com a secretaria em plantão, inclusive aos sábados, conforme pedido da Comissão Eleitoral em manter o sindicato em funcionamento nos finais de semana.



## A CRIAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA ANAPETRO

Com o objetivo de questionar e responsabilizar a gestão da Petrobrás, que vem se demonstrando contra os interesses nacionais, com visão de curto prazo e entregando o patrimônio público que os trabalhadores do Sistema Petrobrás das bases da FUP que são acionistas minoritários da empresa, aprovaram em assembleia realizada no dia 15/06/20, a criação da ANAPETRO - Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobrás.

“A construção da associação não é nova, mas foi concretizada pela conjuntura atual, diante da necessidade de se questionar os desmandos da gestão da Petrobrás em outros fóruns como CVM, Bolsa de Valores, CADE e

TCU”, explica Mário Alberto Dal Zot, eleito o primeiro presidente da ANAPETRO.

Para Mario, a visão imediatista da gestão está condenando a empresa, que é orgulho do povo brasileiro por tudo que representa, à extinção em pouco tempo. “A ANAPETRO tem o dever de defender a Petrobrás desses desmandos, fazendo com que a empresa seja forte e tenha a capacidade de alavancar o desenvolvimento nacional.

A entidade é mais um instrumento de luta da categoria contra a política agressiva de privatização dos ativos da empresa.

Em fevereiro deste ano a associação deu entrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com uma

representação por eventuais atos lesivos ao patrimônio da Petrobrás e aos interesses de seus acionistas com a efetivação da venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia. A ANAPETRO acusa a gestão da Petrobrás de lesar o patrimônio da empresa e os interesses de seus acionistas ao vender refinaria por metade de seu valor de mercado.



# RLAM: AUTORIZAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO DE VENDA

No dia 24 de março de 2021, o Conselho de Administração da Petrobrás aprovou, por maioria, a assinatura do contrato de venda da Refinaria Landulpho Alves, RLAM, no estado da Bahia, junto com 669 km de dutos e mais três terminais. A conselheira eleita pelos trabalhadores, Rozangela Buzanelli, votou contra.

Na última semana, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados aprovou, um convite ao presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, para explicar em audiência pública sobre a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, transação que está sob questionamento no Tribunal de Contas da União (TCU) devido ao valor da venda – o negócio foi fechado com fundo de investimento Mubadala por US\$ 1,65 bilhão, mas a própria Petrobrás havia definido um preço de US\$ 3,04 bilhões como referência.

Além de Castello Branco, também participarão da audiência pública, que ainda não tem data marcada, Deyvid Bacelar, coordenador da Federação Única

dos Petroleiros (FUP), e representantes do TCU, da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) e da Associação Nacional dos Acionistas Minoritários da Petrobrás (Anapetro).

**TCU questiona valor de venda da Rlam e pode suspender operação**

A decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de questionar o valor de venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, abaixo do mercado - como pretende a atual gestão da Petrobrás - foi motivada pela ampla articulação da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e sindicatos junto às bancadas da oposição e minoria no Congresso Nacional, e com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás. O TCU está cumprindo seu papel de proteger o patrimônio nacional, analisando informações técnicas que mostram que a refinaria foi vendida para fundo árabe Mubadala por US\$ 1,65 bilhão, 50% abaixo do valor de mercado. A análise do TCU pode levar à suspensão do negócio.

## Redução de mensalidade para aposentados e pensionistas já está em vigor

O desconto de 50% na mensalidade dos associados aposentados e pensionistas já está sendo aplicado. A redução na mensalidade foi aprovada em assembleia pelos petroleiros e petroleiras da ativa e aposentados e pensionistas filiados ao Sindipetro Caxias no final de fevereiro e terá vigência por 12 meses a partir da efetivação do desconto pela PETROS, conforme edital divulgado no boletim Unidade Nacional 731

A direção do Sindipetro Caxias vê esse desconto como uma maneira de ajudar aos aposentados e pensionistas filiados que estão sendo atacados por mais este crime das gestões da Petros e Petrobrás, onde descontou recentemente passivos atrasados.

# Petroleiros entenderam que PP-3 não vale a pena

No último mês a Petros abriu para migração dos participantes dos demais planos a nova opção do PP-3. Porém, havendo pouca procura a data para adesão foi postergada. Isto demonstra que os petroleiros entenderam o que o Sindicato e a FUP vêm explanando há algum tempo: que o PP-3 é um grande risco.

Se você ainda está pensando sobre o que fazer com o seu plano de aposentadoria, seguem algumas questões a serem consideradas:

**O que é PP3?** O Plano Petros 3 é um de Contribuição Definida-CD, puro. Ou seja, possui características totalmente distintas dos planos já existentes Sistema Petrobrás – Repactuados e Não Repactuados (PPSP-R e PPSP-NR).

O PP3 não possui garantias vitalícias de benefícios, ou seja, possui uma característica técnica distinta dos PPSPs: todos os benefícios (inclusive os de risco, como morte e invalidez) são calculados sobre o saldo de conta.

**Não se paga equacionamento no PP3?**

Muito se fala sobre a inexistência de déficits nesse plano, realmente não ocorre déficit, pois quando há desbalanceamento é diretamente o benefício que se reduz, então é uma meia verdade. O cálculo que se deve fazer aqui é: benefício do PPSP menos equacionamento x benefício final do

PP3, assim terá o comparativo correto. Nesse sentido é importante destacar que esse saldo de conta inicial é calculado com o PAGAMENTO À VISTA DO EQUACIONAMENTO atual dos PPSPs.

**Devo migrar para o PP3?**

Para a maioria, a FUP e o sindicato não recomendam.

A escolha de migração para o PP3 é individual e soberana, mas a FUP E O SINDICATO NÃO RECOMENDAM A MIGRAÇÃO para a maioria dos trabalhadores pelos fatores acima.

Previdência complementar é um assunto complexo, desafiador, possui variações imprevisíveis no longo prazo, mas fatores de riscos como os citados proporcionam uma piora considerável desse quadro. E nesse plano, esse aumento de risco ocorre nas idades mais elevadas.





## DESCONTOS ABUSIVOS DA AMS E A AÇÃO DO SINDIPETRO CAXIAS PARA CONTER MAIS ESSE ATAQUE DA PETROBRÁS

O Sindicato já ingressou com ação na Justiça do Trabalho requerendo tutela antecipada para que a Petrobrás e a Petros retornem com o desconto na ordem de 13% e não 30% como vem fazendo com os aposentados e pensionistas.

Desde já o Sindipetro Caxias agradece aos aposentados e pensionistas que responderam aos

requerimentos da direção sindical e nos enviaram os contracheques para fundamentar a ação judicial contra os descontos abusivos da AMS que estão sendo feitos pela Petrobrás e Petros

Acompanhem o andamento da ação no site do sindicato e nos boletins:

[sindipetrocaxias.org.br/juridico/](http://sindipetrocaxias.org.br/juridico/)



## ABATIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DA PETROS NO IMPOSTO DE RENDA

A assessoria jurídica enviou no dia 12, conforme ofício, a lista dos filiados ao Sindipetro Caxias para a Petros para que a entidade cumpra a determinação judicial sobre o Imposto de Renda.

O Sindipetro Caxias vem lutando para que os associados possam abater as Contribuições Extraordinárias do PED no Imposto de Renda. Para isso, a assessoria jurídica do sindicato ingressou com uma ação na Justiça Federal contra a União

a fim de garantir a dedução destas parcelas na declaração do Imposto de Renda.

A primeira vitória ocorreu em abril de 2019, onde a assessoria jurídica do Sindipetro Caxias conquistou a liminar que garantiu a isenção do Imposto de Renda sobre a contribuição extraordinária do Plano de equalização do Plano Petros I.

A segunda vitória ocorreu em dezembro de 2020 com a sentença

procedente em primeira instância confirmando a liminar.

Com isso a Justiça Federal de Duque de Caxias oficiou a Petros e a Petrobrás comunicando o deferimento da Tutela de Urgência mantida em sentença para que seja realizada a dedução do valor das contribuições extraordinárias pagas pelos substituídos do Sindipetro Caxias, da base de cálculo do Imposto de Renda, respeitando o limite de 12%.

## Assistência contábil para Imposto de Renda 2021

O Sindipetro Caxias junto com sua assessoria contábil está disponibilizando agendamento virtual para auxiliar nossos associados na quitação do IR 2021.

Para isto, basta entrar em contato pelo e-mail [adm@contemporaneacontabilidade.com.br](mailto:adm@contemporaneacontabilidade.com.br) ou celular/WhatsApp (21) 99749-6011 (Contador Sérgio Ramos) e fornecer

os dados pertinentes do ano passado.

Lembrando que, assim como o escritório de contabilidade, o sindicato não está aberto ao público (somente para trabalho interno por causa da eleição) devido à pandemia. É importante permanecer em casa para não agravar mais a situação da nossa categoria e demais pessoas.

A direção do Sindipetro Caxias

espera que todos consigam fazer suas declarações até o dia 30 de abril e que possamos nos encontrar assim que possível

Este é um serviço gratuito para todos os sócios deste sindicato. Por isso, não deixe para última hora. Qualquer dúvida entrar em contato com nossa secretaria pelo WhatsApp (21)99439-9198.

Para ter acesso à documentação do Imposto de Renda acesse o portal externo da AMS.

Lá você terá acesso ao Comprovante da AMS e aqueles que saíram no PIDV terão acesso a declaração de rendimentos da Petrobrás 2020.

O rendimento da PETROS você pode acessar através do site [petros.com.br](http://petros.com.br) ou no aplicativo da Fundação.

